

ANEXO VIII

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DOS PODERES DO DISTRITO FEDERAL (Art. 4º, § 2º, IV, da LRF)

RELATÓRIO ATUARIAL 1/2008 PLANO FINANCEIRO

1. Introdução

Com o advento da Emenda Constitucional nº 20/1998 e o disposto na Lei nº 9.717/1998, ficou determinada a obrigação de que o funcionamento dos regimes próprios observe as normas gerais de contabilidade e atuária, de maneira a garantir o equilíbrio financeiro e atuarial ao sistema.

Diante das dificuldades quanto à capitalização do Instituto para cobertura dos benefícios referentes a todos os segurados, a massa foi segregada em dois grupos formando:

- Plano Financeiro;
- Plano Previdenciário

Este relatório apresenta os resultados da Avaliação Atuarial do compromisso relativo aos segurados vinculados aos Poderes Executivo (exceto aqueles vinculados à Polícia Militar, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros e pessoas civis que trabalham na Polícia Militar), Legislativo e Tribunal de Contas do Distrito Federal, que tiveram início na carreira de pública até 31/12/2006, formando o Plano Financeiro.

Os resultados foram obtidos considerando a base de dados encaminhada via Internet, posicionada em 31/10/2008, não tendo havido qualquer acréscimo aos valores apresentados.

Essas informações foram criticadas e, conforme orientação do responsável pela base de dados, ajustadas, não tendo sido relevantes esses ajustes. Constam do Anexo I, os acertos mais relevantes que foram efetuados.

2. Histórico

A instituição do RPPS no Distrito Federal teve seu início quando da modificação do plano de cargos e salários, determinada pela Lei nº 51 de 13 de novembro de 1989, que criou a Carreira Administração Pública do Distrito Federal e seus cargos, fixando os valores dos respectivos vencimentos.

Com a criação do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal – IPREV/DF, através da Lei Complementar nº 769, de 30 de junho de 2008, as

responsabilidades anteriormente atribuídas ao Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal – IPASFE – deixam de existir.

O estudo foi desenvolvido tendo como base o disposto na seguinte Legislação:

- Lei nº 260 de 05 de Maio de 1992
Autoriza a criação do Instituto de Previdência e Assistência dos Servidores do Distrito Federal e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 232 de 13 de Julho de 1999
Dispõe sobre a alíquota de contribuição para a Previdência Social dos Servidores Públicos ativos e inativos e dos pensionistas dos Poderes do Distrito Federal, suas autarquias, e fundações públicas.
- Lei Complementar nº 700 de 4 de Outubro de 2004
Altera redação da Lei complementar que menciona e dá outras providências.
- Lei Complementar nº 716 de 25 de janeiro de 2006
Altera a Lei Complementar nº 700, de 4 de outubro de 2004, que “altera a redação da Lei Complementar que menciona e dá outras providências”.
- Decreto nº 26.983 de 10 de julho de 2006
Revoga o Decreto nº 25.253, de 21 de outubro de 2004 e dá outras providências.
- Lei Complementar n.º 769 de 30 de junho de 2008
Reorganiza e unifica o Regime Próprio de Previdência Social do Distrito Federal – RPPS/DF e dá outras providências.
- Decreto 29.281/08 de 21 de julho de 2008
Dispõe sobre procedimentos a cerca da implementação do Instituto de Previdência dos Servidores do Distrito Federal - IPREV-DF, e dá outras providências.
- Portaria MPS nº 403, de 10 de dezembro de 2008
Dispõe sobre as normas aplicáveis às avaliações e reavaliações atuariais dos Regimes Próprios de Previdência Social – RPPS da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, define parâmetros para a segregação da massa e dá outras providências.

3. Plano de Benefícios

Foram avaliados os seguintes benefícios, admitindo a concessão e a definição do valor de acordo com a legislação vigente.

I - Quanto aos segurados:

- aposentadoria voluntária por tempo de contribuição;
- aposentadoria voluntária por idade;

- aposentadoria compulsória por idade
- aposentadoria compulsória por invalidez permanente;
- aposentadoria especial do professor;
- aposentadoria especial nos casos previstos em lei complementar federal, nos termos do artigo 40, parágrafo 4º, da Constituição Federal;
- auxílio-doença
- salário-maternidade;
- salário-família

II - Quanto aos dependentes dos segurados:

- pensão por morte;
- auxílio-reclusão.

4. Bases Técnicas

4.1. Para a avaliação atuarial

4.1.1. Regimes Financeiros

Todos os benefícios assegurados pelo IPREV/DF e enquadrados no Plano Financeiro foram avaliados no Regime de Repartição Simples.

4.1.2. Tábuas Biométricas

Evento Gerador	Tábua Utilizada
Mortalidade Geral	AT-83 (MALE)
Sobrevivência	AT-83 (MALE)
Entrada em Invalidez	Álvaro Vindas
Mortalidade de Inválidos	AT-83 (MALE)
Morbidez	Experiência Regional

4.1.3. Outras Premissas:

- Fator de determinação do valor real ao longo do tempo dos salários e benefícios – 1;
- Taxa de juros – não aplicável;
- Taxa real de crescimento dos salários por mérito – não aplicável;
- Taxa de projeção de crescimento real dos salários por produtividade – não aplicável;
- Taxa de projeção de crescimento real dos benefícios do Plano por produtividade – não aplicável;
- Composição familiar – não aplicável;
- Salário mínimo – R\$ 415,00;
- Teto de remuneração – R\$ 22.111,25;
- Compensação financeira – admitida com base na experiência atual como fator redutor de 3,90%;
- Rotatividade e novos entrados – não aplicáveis.

4.2. Para a projeção de receitas e despesas

Relativamente às hipóteses apontadas no item anterior foram introduzidas as seguintes modificações:

- Taxa de projeção de crescimento real dos salários por mérito – 1% a.a.
- Composição familiar –
 - Sexo masculino -
 - Até 24 anos – sem dependente;
 - Entre 24 e 47 – há filhos menores de idade;
 - Com 47 anos ou mais e inválido - cônjuge 5 anos mais jovem;
 - Com 47 anos ou mais e válido – cônjuge 11 anos mais jovem.
 - Sexo feminino –
 - Até 20 anos – sem dependente;
 - Entre 20 e 43 – há filhos menores de idade;
 - Com 43 anos ou mais e inválido - cônjuge 3 anos mais velho;
 - Com 47 anos ou mais e válido – cônjuge 5 anos mais velho.
- Rotatividade e novos entrados – nula

5. Plano de Custeio

Observando o disposto na Lei Complementar nº 232 de 13 de Julho de 1999, na Lei Complementar nº 700 de 4 de Outubro de 2004 e na Lei Complementar nº 716 de 25 de janeiro de 2006 e na Lei Complementar 769, de 30 de junho de 2008, observamos para o cálculo os seguintes percentuais de contribuição:

Contribuintes do Sistema	Percentual de Contribuição
Ente	22% da folha de segurados ativos
Servidor Ativo Efetivo	11% da remuneração
Servidor Inativo	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência
Pensionistas	11% da parte do benefício que ultrapasse ao teto de benefícios concedidos pelo Regime Geral de Previdência

Considerando o regime financeiro que foi adotado caberá ao Ente a cobertura de recursos faltantes caso necessário.

6. Estatísticas – posição em 31/10/2008

Os dados que nos foram encaminhados, podem ser resumidos conforme apresentamos no quadro a seguir:

População Coberta	Quantidade		Remuneração Média		Idade Média	
	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino	Sexo Feminino	Sexo Masculino
Ativos	50.664	26.153	R\$ 5.765,11	R\$ 6.211,45	43	46
Aposentados programada	17.705	8.383	R\$ 6.194,90	R\$ 6.482,04	63	69
Aposentados por Invalidez	2.244	1.705	R\$ 3.869,15	R\$ 5.051,71	57	64
Pensionistas	7.275 ⁽¹⁾		R\$ 3.998,17 ⁽¹⁾			

⁽¹⁾ Corresponde ao total de grupos familiares.

7. Resultados Atuariais

7.1. Benefícios Concedidos

Foram apurados os seguintes valores anuais relativos aos assistidos, já considerando a estimativa quanto ao recebimento do COMPREV:

		R\$ 1,00
Tipo de Benefício		VABC
Aposentadorias		2.265.252.596,28
Pensão por Morte		363.393.455,45
Total		2.628.646.051,73

7.2. Benefícios a Conceder

Foram apurados os seguintes valores anuais relativos aos benefícios a conceder aos segurados e dependentes, já considerando a estimativa quanto ao recebimento do COMPREV:

Aposentadorias e Pensões

		R\$ 1,00
Tipo de Benefício		VABF
Aposentadoria por Tempo de Contribuição, Idade ou Especial		1.228.133.680,01
Aposentadoria Compulsória por Invalidez Permanente		3.925.451,21
Pensão por Morte de assistido		33.358.193,95
Pensão por Morte de ativo		14.002.777,52
Subtotal		1.279.420.102,69

Demais Benefícios

Tipo de Benefício		VABF
Salário-família de assistido		31.389,80
Auxílio-doença		75.755.254,19
Salário-família de ativo		3.887,13
Salário-maternidade		15.253.029,98
Auxílio-reclusão		4,52

Subtotal	91.043.565,62
Total	1.370.463.668,31

7.3. Folha de Salários anuais:

Foi apurado o valor anual de R\$ 4.459.690.845,97 para a folha de salários referente aos segurados não iminentes.

7.4. Contribuições:

De acordo com o Plano de Custeio, o valor esperado anualmente para as contribuições é de

	R\$ 1,00
Contribuintes	Repartição
Ente	3.434.165.573,67
Servidor Ativo Efetivo	490.565.993,06
Servidor Inativo	140.337.441,56
Pensionistas	15.655.195,83
Total	4.080.724.204,12

Foi admitido que, dessas contribuições, 2% seriam destinados à administração e o restante para o custeio do RPPS, conforme disposto no Anexo 8, L 4179/2008-LDO/2009.

8. Projeção das receitas e despesas

Consta do Anexo II a projeção das receitas e despesas previdenciais.

9. Provisões Matemáticas

Considerando que o regime financeiro adotado foi o de Repartição Simples, o valor das Provisões Matemáticas é igual a zero

10. Parecer Atuarial

Considerando que a base de dados foi criticada e acertada de acordo com a orientação dos responsáveis pela informação, consideramos a base de dados tenha qualidade aceitável para o desenvolvimento da avaliação atuarial.

Mesmo assim, recomendamos a realização de recadastramento dos segurados e dependentes para acerto das informações faltantes ao cadastro.

Por tratar-se de plano de benefícios concebido na modalidade de benefício definido poderá ter seu custo variável em função da não verificação de hipóteses atuariais, ingresso ou retirada de segurados.

Aproveitamos, ainda, para ressaltar a importância das seguintes providências a serem adotadas:

- estruturação administrativa do Instituto de Previdência;
- construção de banco de dados, contendo as informações necessárias ao desempenho das funções do Instituto;
- desenvolvimento do trabalho de Compensação Previdenciária de forma a permitir a apuração adequada dos valores a receber e a pagar;
- acompanhamento mensal da massa de servidores e dependentes, bem como dos compromissos do Instituto.

Brasília , 24 de abril de 2009.

Marília Vieira Machado da Cunha Castro
MIBA 351

ANEXO I

Foi admitido:

1. que os servidores tiveram início da atividade laborativa aos 18 anos ;
2. que no caso da ausência da informação quanto à remuneração, o valor de R\$ 4.008,42, que corresponde à média dos demais servidores;
3. para os beneficiários de pensão, vinculados a Câmara Legislativa, a base de dados, posicionada em 31/12/2007, com acréscimo de 1 ano nas idades informadas.

ANEXO II

Projeção Atuarial de receitas e despesas previdenciais

Ano	Receitas	Despesas	Saldo
2009	4.022.633.857,55	4.022.633.857,55	,
2010	4.034.381.641,41	4.034.381.641,41	,
2011	4.191.627.079,78	4.191.627.079,78	,
2012	4.361.283.234,37	4.361.283.234,37	,
2013	4.530.601.996,84	4.530.601.996,84	,
2014	4.705.171.594,32	4.705.171.594,32	,
2015	4.872.867.983,03	4.872.867.983,03	,
2016	4.880.511.771,32	4.880.511.771,32	,
2017	5.073.770.560,78	5.073.770.560,78	,
2018	5.247.376.658,05	5.247.376.658,05	,
2019	5.419.171.897,38	5.419.171.897,38	,
2020	5.567.960.561,44	5.567.960.561,44	,
2021	5.721.035.735,38	5.721.035.735,38	,
2022	5.718.142.639,60	5.718.142.639,60	,
2023	5.870.358.088,20	5.870.358.088,20	,
2024	5.997.695.657,35	5.997.695.657,35	,
2025	6.106.529.463,02	6.106.529.463,02	,
2026	6.194.490.723,79	6.194.490.723,79	,
2027	6.262.400.038,86	6.262.400.038,86	,
2028	6.259.821.070,74	6.259.821.070,74	,
2029	6.319.157.347,95	6.319.157.347,95	,
2030	6.372.338.576,24	6.372.338.576,24	,
2031	6.409.548.241,84	6.409.548.241,84	,
2032	6.422.561.455,75	6.422.561.455,75	,
2033	6.411.233.237,72	6.411.233.237,72	,
2034	6.374.716.801,86	6.374.716.801,86	,
2035	6.340.954.406,80	6.340.954.406,80	,
2036	6.279.050.037,89	6.279.050.037,89	,
2037	6.196.597.006,13	6.196.597.006,13	,
2038	6.089.851.845,41	6.089.851.845,41	,
2039	5.967.253.946,65	5.967.253.946,65	,
2040	5.830.628.947,06	5.830.628.947,06	,
2041	5.681.300.151,59	5.681.300.151,59	,
2042	5.523.963.650,54	5.523.963.650,54	,
2043	5.356.164.968,17	5.356.164.968,17	,
2044	5.181.518.947,31	5.181.518.947,31	,
2045	5.002.415.468,12	5.002.415.468,12	,

Ano	Receitas	Despesas	Saldo
2046	4.819.686.157,97	4.819.686.157,97	,
2047	4.632.567.148,79	4.632.567.148,79	,
2048	4.442.566.009,03	4.442.566.009,03	,
2049	4.250.665.612,26	4.250.665.612,26	,
2050	4.057.318.618,88	4.057.318.618,88	,
2051	3.863.132.290,50	3.863.132.290,50	,
2052	3.668.651.109,45	3.668.651.109,45	,
2053	3.474.365.686,88	3.474.365.686,88	,
2054	3.280.664.122,32	3.280.664.122,32	,
2055	3.087.924.041,44	3.087.924.041,44	,
2056	2.896.922.028,37	2.896.922.028,37	,
2057	2.708.064.669,02	2.708.064.669,02	,
2058	2.522.004.879,39	2.522.004.879,39	,
2059	2.339.245.553,11	2.339.245.553,11	,
2060	2.160.603.945,26	2.160.603.945,26	,
2061	1.986.562.745,27	1.986.562.745,27	,
2062	1.817.844.763,38	1.817.844.763,38	,
2063	1.655.137.664,40	1.655.137.664,40	,
2064	1.498.979.194,02	1.498.979.194,02	,
2065	1.350.092.116,44	1.350.092.116,44	,
2066	1.208.992.978,10	1.208.992.978,10	,
2067	1.075.970.260,70	1.075.970.260,70	,
2068	951.659.881,46	951.659.881,46	,
2069	836.191.175,63	836.191.175,63	,
2070	729.757.277,77	729.757.277,77	,
2071	632.394.363,12	632.394.363,12	,
2072	544.048.464,66	544.048.464,66	,
2073	464.541.394,35	464.541.394,35	,
2074	393.585.197,44	393.585.197,44	,
2075	330.819.463,72	330.819.463,72	,
2076	275.774.835,51	275.774.835,51	,
2077	227.990.364,17	227.990.364,17	,
2078	186.904.826,15	186.904.826,15	,
2079	151.932.643,82	151.932.643,82	,
2080	122.430.135,45	122.430.135,45	,
2081	97.802.035,19	97.802.035,19	,
2082	77.452.620,52	77.452.620,52	,
2083	60.811.154,34	60.811.154,34	,